



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010523-15.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença Prêmio**
 Requerente: **Evandro Chanhi Pires**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização ajuizada por **Evandro Chanhi Pires** contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, alegando, em síntese, que é ex-policia! militar e, ao tempo do desligamento da Corporação, não usufruiu de todos os períodos aquisitivos de licença prêmio, remanescendo 60 dias. Discorre a respeito do direito aplicável à hipótese e requer a procedência do pedido, para que a requerida seja condenada ao pagamento de sessenta dias de licença-prêmio, acrescido dos juros legais, bem como os encargos de sucumbência.

Acompanharam a inicial os documentos de pp. 15/21.

A Fazenda Pública apresentou contestação (pp. 26/34). Afirma que a natureza do benefício não comporta caráter pecuniário, razão pela qual o pedido deve ser julgado improcedente, ou, subsidiariamente, na hipótese de procedência, requer a aplicação da Lei nº 11.960/2009.

Houve réplica (pp. 39/48).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

A controvérsia gira em torno do direito da parte autora em ser indenizada pelo tempo correspondente à licença-prêmio referente a período aquisitivo não fru!do enquanto em atividade junto à ré.

Pois bem.

1010523-15.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O documento trazido pela parte autora (pp. 17/18) revela que foi concedido um bloco de licença-prêmio do período aquisitivo: de 15/11/2008 a 15/11/2013, dos quais **não usufruiu 60 dias**, portanto, tem crédito a receber, já que em razão de sua aposentadoria não lhe é possível usufruir o benefício em dias de descanso e a falta de pagamento constitui enriquecimento indevido da Administração.

Neste sentido é a Jurisprudência:

"FUNCIONÁRIO PÚBLICO Inativo. Licença-prêmio. Período não gozado em atividade. Pagamento em Pecúnia. Admissibilidade. Ação procedente. Recurso não provido. Ementa Oficial: Servidor Público Inativo Licença-prêmio Período não gozado em atividade Conversibilidade do benefício em pecúnia abrangente da integralidade da remuneração do servidor Paridade de tratamento com os ativos Ação procedente. Improvimento. Com a aposentadoria o direito às férias e licença-prêmio, transforma-se em obrigação pecuniária para o Poder Público" (RJTJESP 160/112 Rel. Desembargador VASCONCELOS PEREIRA).

"POLICIAL MILITAR INATIVO LICENÇA-PRÊMIO – CONVERSÃO EM PECÚNIA - Admissibilidade - Não tendo o servidor gozado período de licença-prêmio e os dias de dispensa-recompensa, quando em atividade, deve o Estado indenizá-la em pecúnia - Inocorrência de prescrição. Recurso impróvido" (Apelação 0026196-62.2011.8.26.0053, 7ª Câmara de Direito Público, Relator Moacir Peres).

"LICENÇA PRÊMIO Primeiro Sargento reformado da Polícia Militar. Direito de perceber, em dinheiro, o valor correspondente ao período não usufruído quando em atividade. Incidência do princípio que veda o enriquecimento sem causa. Caráter indenizatório da pretensão. Recursos (voluntário da Fazenda e reexame necessário) aos quais se nega provimento" (TJSP, Ap. 207.358.5/0-00, 8ª Câm. "A" de Dir. Pub., j. 28.6.2006, v.u., rel. Dês. Mourão Neto).

Sobre esta verba, de caráter indenizatório, não incide tributação do Imposto de Renda, nos termos da Súmula nº 136 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento da quantia de 60 dias de licença prêmio, referente ao período de 15/11/2008 a 15/11/2013, tendo por base o valor do vencimento da última remuneração percebida pela parte autora antes da inativação.

Pela natureza alimentar dos créditos recebíveis, estes serão pagos de uma só



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vez [artigos 57, parágrafo 3º, e 116, ambos da Constituição Estadual], e, pelo caráter indenizatório, não incidirá tributação do Imposto de Renda.

A atualização monetária seguirá a Tabela do TJSP para débitos da Fazenda Pública – Modulada, e os juros moratórios serão os da Lei nº 11.960/09 (juros aplicados à caderneta de poupança), desde a citação.

O requerimento de cumprimento de sentença deverá vir instruído com memória de cálculo que atenda aos requisitos do art. 534 do CPC/2015.

Em razão de a ação tramitar pelo rito da Lei do Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/09) e que a ela se aplica subsidiariamente a Lei 9.099/95, inviável a condenação em custas e honorários advocatícios (artigo 55 da Lei nº 9.099/95). Sem reexame necessário, a considerar o disposto no art. 11 da Lei nº 12.153/09.

P.I.

São Carlos, 16 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**